



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639881 - RS (2021/0011409-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : FERNANDO DA SILVA CARDOSO
ADVOGADO : FERNANDO DA SILVA CARDOSO - RS106664
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : JORGE LUIS FRAGA BRITTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JORGE LUIS FRAGA BRITTO em que aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC N. 5064021-89.2020.8.21.7000).

O paciente foi preso em flagrante, na data de 14/10/2020, pela prática, em tese, dos crimes de tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo, cuja prisão foi posteriormente convertida em preventiva, com fundamento na garantia da ordem pública.

Sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a segregação processual do paciente, despida de fundamentação idônea, baseada na gravidade abstrata do delito, não preenche os requisitos autorizadores da prisão preventiva, nos moldes do art. 312 do CPP.

Narra que o paciente é primário, desempenha atividade lícita e tem endereço no distrito da culpa, defendendo o cabimento de medidas cautelares diversas da prisão constantes no art. 319 do CPP, sobretudo diante da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a aplicação de outras medidas cautelares alternativas ao cárcere.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE DROGAS. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO. INDEFERIMENTO LIMINAR DO WRIT. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. MITIGAÇÃO DA SÚMULA 691/STF. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MEDIDAS ALTERNATIVAS. INADEQUAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. No procedimento do *habeas corpus*, não se permite a

produção de provas, pois a ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, razão pela qual não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva.

2. Apresentada fundamentação concreta, evidenciada no fato de o paciente, apesar de ter sido preso com pequena quantidade de droga (0,3 gramas de maconha) também foi surpreendido portando arma de fogo e munições, bem como de o paciente ser reincidente no crime de tráfico, e responder por outros delitos, não há ilegalidade, não se demonstrando também adequada a aplicação de medidas alternativas.

3. Não havendo manifesta ilegalidade apta a autorizar a mitigação da Súmula 691 do STF, o writ deve ser indeferido liminarmente.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 627.042/AL, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 18/12/2020)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: *"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."*

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a decisão foi devidamente fundamentada.

No ponto, colhe-se a argumentação da decisão apontada como ato coator, *in verbis* (e-STJ fls. 73-74):

Com efeito, encontram-se presentes os requisitos do artigo 312 do CPP, para a decretação da prisão cautelar, quais sejam, o fumus comissi delicti e o periculum libertatis.

O fumus comissi delicti vem amparado nos indícios suficientes de autoria e prova da materialidade do delito, por conta da prisão em flagrante do acusado em posse de aproximadamente 955 gramas de maconha, um fuzil calibre 30, 52 cartuchos calibre 30, 9 cartuchos calibre 556, uma pistola calibre 9mm, um carregador de pistola, 23 cartuchos calibre 9mm, uma gandola do exército e a quantia de R\$129,95 (cento e vinte nove reais e noventa e cinco centavos) em moeda diversa, conforme se extrai do auto de apreensão de fls. 24-25 dos autos do inquérito policial.

Outrossim, presente também o periculum libertatis, mostrando-se necessária a manutenção da segregação cautelar para garantir a ordem pública, uma vez que evidenciadas a gravidade concreta dos delitos imputados ao paciente e a periculosidade dele.

No ponto, insta salientar que, para além da grande quantidade de droga apreendida, o paciente também portava consigo armamentos de uso restrito e irrestrito, com diversos cartuchos de munição, e parte da vestimenta do Exército Brasileiro. A variedade dos armamentos apreendidos com o paciente denota claramente o perigo gerado pelo seu estado de liberdade.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência